

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007414-61.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Exequente: **Jair Palombo**  
 Executado: **Banco do Brasil S/A**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

**Juiz de Direito:** Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral

Vistos.

**JAIR PALOMBO** postula o **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** proferida na ação civil pública nº 0403263-60.1993, que tramitou perante a 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, com trânsito em julgado em 09/03/2011.

Devidamente citado, após o regular depósito judicial (fl. 40), o executado apresentou impugnação alegando preliminares de ilegitimidade ativa e passiva, além de incompetência do juízo. No mais, teceu considerações sobre o alcance territorial da sentença coletiva; a necessidade de liquidação, com comprovação do dano e valor individualizado; correção monetária de acordo com índices de poupança; incidência única dos juros remuneratórios; incidência de juros de mora a partir da citação no presente processo; e a impossibilidade de sua eventual condenação em honorários advocatícios. Por fim, impugnou os cálculos apresentados na inicial e pediu a improcedência.

O exequente/impugnado não se manifestou sobre a impugnação (fl. 89).

Às fls. 90/91 foram afastadas as preliminares.

Cálculos judiciais às fls. 98/103.

Manifestação de ambas as partes às fls. 108/110 e 114.

**É o relatório.  
 DECIDO.**

Sendo totalmente prescindíveis a produção de outras provas ou diligências, passo ao julgamento antecipado, consoante autoriza o artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De plano, complementando a decisão saneadora de fls. 90/92, e levando-se em conta que transitou em julgado a sentença condenatória proferida na ação coletiva, estão superadas, pois acobertadas pelo manto da coisa julgada material, as questões relativas à ilegitimidade passiva, devidamente apreciadas à ocasião. Dito de outra forma, aquela condenação oferece lastro para a presente demanda, formando título executivo em desfavor do impugnante.

Passa-se ao exame do mérito.

I - Da tese Liquidação para individualizar o dano e o valor

A natureza da presente demanda exige conhecimentos técnicos para conhecer adequadamente os fatos e valores invocados.

Conforme se depreende das folhas 98/103, foi elaborada cálculo por contador judicial, o qual demonstra de forma evidente que o exequente faz jus ao recebimento de valores.

E mais. Afastando-se qualquer possibilidade de excesso na execução, efetuou os cálculos de acordo com os preceitos devidos, obedecendo-se a decisão de fls. 90/92, assim como as premissas abaixo, e por conseguinte a sentença do processo coletivo.

II – Da alegação de incidência única dos juros remuneratórios

Também nesse ponto a razão não assiste ao impugnante.

Os juros remuneratórios de 0,5%, conforme previsto na sentença transitada em julgado, que devem ser incorporados ao capital para restituir o equilíbrio entre as partes, incidem mensalmente, desde o crédito a menor até o momento do efetivo pagamento. Isso porque tais juros são devidos durante todo o período contratual, já que integram a obrigação principal do contrato de poupança.

Nesse sentido é a posição majoritária do TJSP. Como exemplo podemos citar trecho da ementa da Apelação nº0280460-10.2011.8.26.0000, Relator De. Paulo Pastore Filho, julgada em 24/10/2012:

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROMOVIDA PELO IDEC VERSANDO SOBRE A DIFERENÇA DE RENDIMENTOS CREDITADOS EM CADERNETA DE POUPANÇA Incidência de juros remuneratórios mensais Possibilidade Título judicial que estabeleceu a sua ocorrência. Espécie de juros que integram a obrigação principal do contrato de depósito (poupança), acarretando a incidência mês a mês sobre a diferença entre os índices de atualização devidos e aplicados Recurso não provido.



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

## III – Das alegações remanescentes

### Juros moratórios – Termo inicial

De acordo com a sentença proferida na ação civil coletiva, para janeiro de 1989 aplica-se o índice de 42,72%, acrescido de juros moratórios, a partir da citação válida (cf. certidão de objeto e pé juntada aos autos), de 0,5% até a entrada em vigor do Novo Código Civil; após janeiro de 2003, aplica-se mensalmente, até o efetivo pagamento, 1% ao mês.

### Atualização monetária pela Tabela Prática do TJSP

Em relação à atualização monetária, valho-me da posição majoritária do TJSP para adotar a tabela prática do referido sodalício afastando a aplicação dos índices das cadernetas de poupança.

A respeito confira-se: Apelações nº 7208064700, e 7195276000, julgadas em fevereiro de 2008, AI 0204306-14.2012.8.26.0000, julgado em abril de 2013, entre outros).

E ainda:

(...) correção monetária. Atualização que deve ser feita pela Tabela Prática deste Egrégio Tribunal de Justiça. (...) (TJSP, AI 0035417-63.2013.8.26.0000, julgado em 17/02/2014, Rel. Afonso Brás).

Essa dinâmica também evita a perpetuação do conflito, nos termos lançados nos Embargos de Declaração nº 0207810-62.2011.8.26.0000, julgado em 04/07/2012:

Em que pese argumentar a instituição financeira que o índice de correção monetária a ser aplicado é o da própria caderneta de poupança, o uso do índice alvitado trará nova discussão acerca dos índices de março, abril e maio de 1990, já solvida pela jurisprudência, razão pela qual, para não se eternizar o litígio, a adoção da Tabela Prática é de rigor.

### Honorários na fase de cumprimento de sentença

Incabíveis os honorários de sucumbência, a teor da súmula nº 519 do C. Superior Tribunal de Justiça:

"na hipótese de rejeição de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Isso posto, **REJEITO A IMPUGNAÇÃO** ao cumprimento de sentença para acolher parcialmente o cálculo apresentado pelo contador judicial às fls. 98/103, excluindo-se apenas os honorários advocatícios, totalizando assim R\$ 85.368,55.

As custas e despesas processuais serão arcadas pela executada-impugnante.

Havendo o trânsito em julgado, expeça-se mandado de levantamento concernente ao depósito de fl. 40, em favor da parte exequente-impugnada.

Após, não havendo complementação espontânea do depósito, abra-se vista à parte exequente-impugnada para apresentar planilha atualizada do débito e requerer o que de direito.

P.R.I.

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Juiz de Direito  
(assinado digitalmente)

São Carlos, 01 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**